



A diversidade linguístico-cultural: que consequências para o ambiente?

Linguistic and cultural diversity and the environment: what consequences for the environment?

Diversidad lingüística y cultural y medio ambiente: qué consecuencias para el medio ambiente?

Firmino Filipe José¹

Instituto Superior de Ciências de Educação-Huíla, Angola
firmnofilipetchipela@gmail.com

António Pessela²

Instituto Superior de Ciências de Educação-Huíla, Angola
antoniopessela1@gmail.com

Resumo

Numa sociedade cada vez mais dinâmica e globalizada, no âmbito linguístico, torna-se imperioso compreender como as línguas e as culturas são importantes na relação do ser humano com o ambiente natural e os contextos sociais. A língua e a cultura estabelecem uma relação de complementaridade muito visível nas acções que o ser humano projecta com o outro. De facto, elas permitem ao homem uma interacção com o seu semelhante e, por extensão, com o meio ambiente no qual habita e sobre o qual transforma a sua (com)vivência. Neste artigo, procura-se compreender a importância de uma educação mais multilingue/plurilingue/intercultural para promoção de uma Educação Ambiental (Andrade, 2023). Por isso, faz-se uma análise reflexiva que procura explicar as relações entre língua, cultura e o meio ambiente e as possíveis consequências decorrentes destas relações. Tematicamente, a nossa abordagem enquadra-se no âmbito da promoção de uma cidadania esclarecida por meio da Educação Ambiental nos vários contextos de ensino das escolas angolanas. A promoção da relação harmoniosa entre as línguas e as culturas implica uma participação activa das escolas para uma educação para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação ambiental, Diversidade linguístico-cultural, Contextos de ensino.

¹ Mestre em Metodologia de Ensino de Línguas e Professor no Departamento de Línguas e Ciências Humanas do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Huíla), Angola.

² Mestre em Metodologia do Ensino de Línguas pelo ISCED-Cabinda / Universidade de Aveiro, Professor no Departamento de Línguas e Ciências Humanas do ISCED-Huíla e Professor Colaborador no Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo, Namibe, Angola.

Abstract

In an increasingly dynamic and globalised society, in the linguistic field, it is imperative to understand how important languages and cultures are in the relationship between human beings and the natural environment and social contexts. Language and culture establish a relationship of complementarity that is very visible in the actions that human beings project towards others. In fact, they allow man to interact with his fellow man and, by extension, with the environment in which he lives and on which he transforms his experience. This article seeks to understand the importance of a more multilingual/plurilingual/intercultural education for promoting Environmental Education (Andrade, 2023). For this reason, a reflective analysis is carried out that seeks to explain the relationship between language, culture and the environment and the possible consequences arising from this relationship. Thematically, our approach falls within the scope of promoting enlightened citizenship through Environmental Education in the various teaching contexts of Angolan schools. Promoting a harmonious relationship between languages and cultures implies the active participation of schools in education for sustainability.

Keywords: Environmental education, Linguistic-cultural diversity, Teaching contexts.

Resumen

En una sociedad marcada por la dinámica de la globalización, resulta imprescindible comprender el papel fundamental que desempeñan las lenguas y las culturas en la relación del individuo con su entorno natural y social. Lengua y cultura establecen un vínculo de complementariedad que se manifiesta en la interacción humana y en la transformación de la experiencia compartida. Bajo esta premisa, el presente artículo analiza la importancia de una educación multilingüe e intercultural como eje motor para la promoción de la Educación Ambiental. A través de un análisis reflexivo, se examinan las conexiones entre el lenguaje, la identidad cultural y el medio ambiente, así como las implicaciones derivadas de esta tríada. El enfoque se inscribe en la formación de una ciudadanía ilustrada y consciente, integrada en los diversos contextos pedagógicos de las escuelas angoleñas. Se concluye que promover una relación armoniosa entre la diversidad lingüística y las prácticas culturales exige la participación activa de las instituciones educativas, consolidando así una educación para la sostenibilidad que sea coherente con la realidad local.

Palabras clave: Educación ambiental, Diversidad lingüístico-cultural, Contextos de enseñanza.

Introdução

“O ensino deve estar sempre ao serviço da diversidade linguística e cultural, e das relações harmoniosas entre as diferentes comunidades linguísticas do mundo inteiro”.
(Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, 1996, Secção II: Ensino. Art. 23.º, nº 3)

Página | 239

É hoje incontroverso que a Diversidade Linguístico-Cultural (adiante, DLC) marca a sua presença assídua e frenética em todas as sociedades. Por isso, as escolas, em Angola, devem responder ao desafio social de formar cidadãos com uma rica educação ambiental centrada no desenvolvimento sustentável, pois estes terão a seu cargo a direcção dos processos produtivos e socioculturais que impactarão o meio ambiente, em correspondência com a qualidade da cultura em referência.

Daí resulta a reflexão de que a escola deve ser um lugar onde, embora haja uma língua de escolarização com a sua norma culta, todas as línguas e variedades de língua tenham espaço, ou seja, “a escola é o lugar ideal para sensibilizar à diversidade linguística e cultural e que ela pode iniciar-se nos primeiros anos de escolaridade” (Sá & Andrade, 2008, p). Deste modo, as escolas angolanas devem participar da construção de projectos educativos voltados a um ensino plural das línguas.

Tendo em atenção ao facto de que o contexto actual do ensino em Angola é fortemente mergulhado pela globalização e mobilidade (virtual e física), exige-se dos seus agentes uma consciência mais virada para uma convivência harmoniosa das diferenças culturais e de uma atitude sustentável no e para o mundo.

Segundo Gadotti (2008, p. 75), “a sustentabilidade é o sonho de bem viver. Sustentabilidade é equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes. Educar para a sustentabilidade é educar para uma vida sustentável”. De facto, uma realidade sustentável do mundo implica também, ante demais, uma consciencialização de um modo de vida de bem-estar e, consequentemente, uma atitude sustentável para a construção de uma convivência harmoniosa com o outro e com o meio ambiente.

Neste seguimento, quando se respeita a língua e a cultura do outro, estamos a promover a sustentabilidade do meio ambiente e equilibrando as diferenças linguísticas e, sobretudo, culturais. Desta maneira, procura-se um modo de vida justo que permite dialogar, negociar, colaborar a nível local e global, para combater a violência ambiental e sociocultural, sustentando a imagem de que as línguas são territórios habitados que precisam da protecção do ser humano para sua preservação e valorização constante.

A educação, no geral, deve possibilitar aos indivíduos a auto-compreensão e a compreensão dos outros e as suas relações com os ambientes natural e social, o que serve como base durável para a construção do respeito mútuo. E a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (doravante, EDS) vai ao encontro destas premissas, tendo como objectivo alcançar a sustentabilidade, a partir do estabelecimento de relações mais próximas entre a qualidade ambiental, a equidade humana, os direitos humanos e a paz. Aponta-se, desta forma, para um compromisso no sentido de se aliarem preocupações ambientais com preocupações culturais, políticas, sociais e económicas (Sá, 2012).

De acordo com Sá (2012), a educação para DLC exerce um papel fundamental no desenvolvimento das relações humanas e também com o seu meio ambiente. Neste sentido, entende-se que o homem (o principal agente do meio ambiente) deve ter consciência da sua função na promoção do respeito pelo outro (diferente da sua cultura) e pelo meio ambiente (espaço comum). Também se acredita que, nesta relação, entre o homem, o outro e o meio ambiente, se torna imperioso o exercício da competência de intercompreensão (IC) linguística e cultural.

Como acima se aludiu, o nosso estudo, em artigo presente, objectiva, de forma central, compreender como as línguas (enquanto produtos sociais e, profundamente, culturais) são determinantes na relação do ser humano com o ambiente natural no contexto das escolas angolanas e analisar, criticamente, o papel da DLC para a promoção da valorização e protecção do meio ambiente. E, neste sentido, justifica-se a pertinência da sua temática sendo que os contextos de interacção humana são fortemente marcados por uma realidade multicultural e multilingue, caso que se diga de longe sobre a realidade das escolas angolanas.

Metodologicamente, este artigo assume-se como um estudo teórico de abordagem qualitativa, fazendo um desenho crítico da temática com base no estado da arte com o enfoque na interpretação crítica dos dados (textos, conceitos e teorias) no contexto da realidade educativa de Angola.

Do ponto de vista estrutural, o presente artigo apresenta quatro partes: (i) a introdução; (ii) fundamentação teórica, desdobrável em tópicos: relação entre a língua e cultura; relação entre a Língua/cultura e meio ambiente; intercompreensão ao serviço do meio ambiente; o papel das escolas angolanas na promoção da Educação Ambiental; (iii) implicações didácticas (iv) as considerações finais e, por último, as referências bibliográficas.

Língua e cultura: que relações?

A reflexão sobre o binómio língua/cultura é complexa, sendo que a sua direcção reflexiva deve sempre levar em conta uma relação de causa e efeito dos referidos conceitos. A relação entre a língua e a cultura é de interacção e influência mútua porque, como sabemos, a língua conceptualiza e veicula a cultura de um determinado povo. Note-se que a língua influencia a cultura e esta, por sua vez, está na raiz daquela e justifica melhor os fenómenos que decorrem da sua variação, mudança e quanto mais da sua morte.

Dada a complexidade dos conceitos de língua e cultura, vale apresentar o recorte que se está a tomar nesta abordagem sobre os mesmos:

- Com uma influência conceptual saussureana, toma-se a língua como um facto social e produto cultural (Cunha et al., 2014, p. 36);
- A língua é considerada, entre os diversos instrumentos de comunicação, o mais importante em todo o mundo, constituindo um verdadeiro veículo de identidade cultural de um determinado grupo social (Andrade & Timbane, 2020);
- A cultura representa o modo de ser e de viver de um determinado povo e as suas reais particularidades de interacção reguladas pelas suas normas sociais, fundamentalmente por meio da(s) língua(s), com um outro povo (Lustig & Koester, 2010, citados por Oliveira, 2023, p. 46).

Não temos dúvida de que as noções de língua e de cultura se complementam porquanto todo povo é produtor da sua cultura e cada cultura é conceptualizada e veiculada por uma

língua. Quando em contacto, a relação entre a língua e a cultura cria na interacção dos falantes um terceiro espaço de construção de pontes, permitindo a convivência de diferentes culturas e línguas no actual mundo tão globalizado (Araújo e Sá, De Carlo, & Melo-Pfeifer, 2012).

Sendo verdade que as línguas e as culturas dialogam, quer a nível local, quer global, é imperioso que cada indivíduo tenha a noção de que compreender a língua do outro, é sobretudo, conhecer e respeitar o seu espaço e a sua cultura. Irreconciliáveis nas suas relações de influência mútua, permitem, no ser humano, o desenvolvimento da Competência Intercultural nos diferentes contextos culturais e linguísticos. Conforme refere Araújo e Sá (2023,p), “o facto é que as línguas e as culturas dialogam, porque aquelas são trânsitos, pontes, correntes... Entre margens... São diálogos interculturais. São os outros a tornarem-se ‘menos estranhos’, mais ‘companheiros de viagem’” (citada por Pessela, 2024, p. 19). Nas diferentes interacções culturais, as línguas surgem como “pulungunza” mediadora, servindo como pontes e margens entre as culturas e permitindo maior desenvolvimento da Competência Intercultural entre os indivíduos e, em muitos casos, a construção de um terceiro espaço de troca de experiência, de conhecimento e de interculturalidade.

Como afirma Araújo e Sá (2013), a interculturalidade diz respeito às relações entre culturas, supondo socialização de costumes, de valores, de saberes entre diferentes actores culturais, oriundos de lugares distintos, e devem constituir-se no lastro da igualdade, promovendo relações equânimes no contexto histórico-social onde se estabelecem. Concorde-se que, os referidos actores culturais, no palco da multiculturalidade, têm a responsabilidade de gerar maior possibilidade de interacção e mudança social em vários contextos de comunicação.

É imperioso, no mundo actual, compreender a língua como um espaço de circulação de sentidos fluidos, fruto de vários universos simbólicos em interacção, onde o sentido é uma construção colectiva que se faz no tempo e no espaço. Este espaço deve ser respeitado e conservado para a sua perpetuação.

Chegados até aqui, fica evidente a necessidade de se desenvolver a IC e a Competência Intercultural nas nossas diferentes relações, sendo verdade que não basta comunicar-se numa perspectiva linguística, mas também noutra: contextualizada culturalmente.

Língua/cultura e meio ambiente: encontros ou desencontros?

Sempre tendo em atenção que a língua e o meio ambiente constituem elementos em interacção com o ser humano no planeta Terra, o homem tem a única responsabilidade de usufruir destas realidades de forma, rigorosamente, consciente. Sendo o único ser biótico consciente no meio ambiente, cabe ao ser humano a responsabilidade de interagir com o seu semelhante e com os outros seres abióticos, sendo transformado e transformando-os para sua sobrevivência saudável e harmoniosa no referido planeta.

Assim sendo, a língua e o meio ambiente estão ao serviço do ser humano desde o seu aparecimento na terra. Ainda muito pequeno, o homem interage com o seu meio para sobreviver e, nesta interacção, serve-se da linguagem humana para se comunicar com o outro ser humano. Sabe-se já que o ser humano tem a principal influência sobre o meio ambiente, mas tal não é exercida e exercitada de forma individual, porque, como nos lembra Bauman et al. (2016,p), “os seres humanos são incompletos sozinhos”. À luz desta noção, o ser humano é um conjunto de factores: meio ambiente, interacção e transformação, ou seja, a diversidade caracteriza melhor a noção de ser humano. Sendo um ser multilateralmente diverso, acaba por interagir com outros seres também diversos no mundo da biodiversidade.

Considerando o facto de o ser humano ser profundamente diverso, as línguas e as culturas (produtos de todos os povos) são igualmente diversas, exigindo ao ser biótico humano uma consciência refinada sobre a DLC que caracteriza o meio ambiente, por um lado, e uma consciência de Educação Ambiental e sustentável, por outro lado.

Os princípios da valorização e da protecção são dois grandes expoentes de uma EDS. Valorizando as línguas que habitam vários territórios, ainda que desconhecidos, proteger-se-ão e respeitar-se-ão as pessoas, a sua língua, a sua herança linguístico-cultural e, de forma global, o meio ambiente no qual vivemos e do qual fazemos parte e farão as próximas gerações. Compreenda-se também que, na relação do ser humano com o meio

ambiente natural e os contextos sociais, as línguas e as culturas são importantes instrumentos de pontes, de correntes e de interação constante.

Na verdade, a EDS procura conceber a valorização da diversidade linguística e cultural assente no respeito pelas línguas e culturas, todas elas, sejam majoritárias, ou minoritárias (Sá, 2012). Seguindo esta lógica, note-se que a Educação Ambiental e a EDS interpenetram-se constantemente.

Além disso, a EDS deve, igualmente, interagir com outras dimensões educativas: educação para a paz, direitos humanos, educação intercultural, desenvolvimento internacional, comunicação, etc. (Sauvé, 1997, citado por Sá, 2012, p. 61).

Neste sentido, a EDS não pode ignorar o papel de cumplicidade funcional que a Educação Ambiental exerce nas várias práticas pedagógicas e sociais baseadas na relação que o ser humano estabelece com o ambiente, desenvolvida nas escolas (e fora delas). Inegavelmente, a “EDS tem de ser vista, essencialmente, como um processo de “aprender para mudar”, uma aprendizagem sobre como tomar decisões que considerem o futuro da economia, da ecologia e da igualdade de todas as comunidades a longo prazo” (Tilbury & Podger, 2004, citado por Sá, 2012, p. 62). Sem dúvida, a DLC constitui-se num caminho seguro para a promoção da Educação Ambiental nas escolas, desenvolvendo nos agentes de educação a noção de valorização das diferenças linguísticas e culturais que pulverizam o mundo da biodiversidade.

Ao lado da EDS e da Educação Ambiental, a DLC assume-se como o lugar onde as línguas e as culturas habitam e interagem. E, por sua vez, o meio ambiente assumir-se-á como um macro lugar no qual todos seres bióticos e abióticos habitam, comunicam e interagem. Respeitar a língua e a cultura do outro (“o estranho”) é aprender a agir conscientemente para a mudança do meio ambiente e sua valorização constante.

A noção sobre a DLC convoca uma reflexão sobre a realidade ininterrupta da existência de várias línguas, com as suas culturas, em contextos multilingue e cultural. Por isso, no contexto educacional, o ensino deve promover a DLC e, desta maneira, permitir a harmonia nas relações das diferentes comunidades linguísticas. No caso concreto do ensino da Língua Portuguesa em Angola, compreender-se-á que “uma aula de língua é

sempre uma aula de línguas, de culturas e de interpretações de diferentes visões” (Pessela, 2024, p. 6).

No contexto da DLC em Angola, são visíveis a existência e a coexistência das línguas nacionais e as suas respectivas culturas que, no âmbito da Educação Ambiental, exige do cidadão uma atitude de valorização e protecção destas riquezas que o povo angolano possui desde a noite dos tempos.

No entanto, a ausência da CI causa várias barreiras nas relações humanas e, se tal acontece, o ser humano não consegue desenvolver uma noção de valorização das línguas e das culturas e, por consequência, a Educação Ambiental encontra vários empecilhos para continuar a andar nos caminhos das escolas angolanas que se caracterizam ricas e complexas por força da sua realidade multicultural e multilingue.

Por tudo isto, a língua/cultura e o meio ambiente estabelecem (ou deveriam estabelecer) entre si uma relação de encontro saudável para a promoção da EDS no mundo e nas escolas actuais.

Intercompreensão ao serviço do meio ambiente em contexto educativo

Num mundo de diversidade linguística e cultural, precisa-se, na convivência com os outros, de uma postura mais plural, mais inclusiva, mais virada à sustentabilidade.

Segundo Silva (2017), a IC incidiu o seu foco, numa primeira fase, em desenvolver habilidades de compreensão em línguas estrangeiras vizinhas em detrimento das habilidades de produção, sendo que, ligando-se à Didáctica das Línguas, passou a direccionar o seu objectivo no desenvolvimento de competências de compreensão e produção de discursos plurilingues e interculturais.

Neste sentido, de acordo com Araújo e Sá et al. (2019), a IC pode ser receptiva ou interactiva, sendo que a primeira cinge o seu foco na compreensão e na leitura e a segunda focaliza situações de interacção.

A IC é, por conseguinte, vista como uma estratégia de comunicação que os falantes com repertórios linguísticos diferentes utilizam para juntos construírem sentido: “(...) a IC,

enquanto estratégia de comunicação, corresponde ao uso, por parte de um sujeito em interacção, do seu repertório linguístico-comunicativo e experiência (particularmente) cultural e linguística de forma a compreender o Outro e a fazer-se compreender” (Silva,2017,p).

O conceito de IC está em constante evolução, não se limitando apenas à comunicação entre interlocutores de línguas próximas, como inicialmente. Evidencia, actualmente, a imperiosa necessidade de uma perspectiva mais ética, mais pautada no Homem, assente na valorização e no desenvolvimento dos repertórios plurais dos indivíduos, tendo a língua como objecto e foco (Araújo e Sá, 2013). Na IC, procura-se, entre vários aspectos, desenvolver, ao em vez da proficiência uma língua ou norma, competências de mobilização de repertórios múltiplos e complexos, a Competência Intercultural e um discurso virado para a convivência entre os homens, “onde circulam conceitos com valor ideológico tais como cidadania, desenvolvimento sustentável, equidade linguística, justiça e coesão social” (Araújo e Sá et al., 2019, p.19).

Como se pode verificar, a literatura deixa claro que a IC ocorre quando se está numa situação em que falantes de línguas (ou variantes da mesma língua) e culturas diferentes procuram encontrar sentido nos enunciados dos outros. Entretanto, se se compreender a língua como um poliedro em que cada face reflecte uma realidade, há também intercompreensão numa mesma língua, pois, como se referiu na secção anterior, a língua apresenta variantes. A convivência entre as mesmas é inevitável e exige do professor, na visão de Lemos (2011, p.24), competências que “se devem pensar também como oportunidades de repensar a LM (Língua Materna) e a relação que os sujeitos com ela estabelecem”.

Não obstante os conceitos apresentados, José (2024) acrescenta que a IC também ocorre entre falantes de uma mesma língua (caso do português em Angola quando os indivíduos são de regiões diferentes e aprendem a língua portuguesa na escola, quando são de culturas diferentes: Ovimbundu e Ambundu... quando são de estratos sociais diferentes, entre outros). Esta perspectiva é realçada pela natureza pluricêntrica e pela diversidade inerente às línguas, mormente à portuguesa, em particular em Angola, tal como se realçou acima.

Veja-se que um outro valor da IC é a sensibilização à diversidade linguística e cultural. Para sustentar esta ideia, Sá (2013) declara que uma formação em várias línguas pode proporcionar a oportunidade para a Didáctica das Línguas poder reflectir em como ensinar-aprender a viver uns com os outros de línguas e culturas diferentes. Neste sentido, aprender uma língua significa experimentar o espaço do outro.

A IC vê a educação com uma perspectiva global e mais humanizada, uma vez que procura o respeito entre os sujeitos que se desdobra na valorização e na convivência entre repertórios linguísticos e experiências de aprendizagem, e persegue a construção de um mundo mais justo e mais aberto à diferença (Simões et al., 2011).

Sendo uma das competências para lidar com a DLC, a IC deve ser promovida no contexto educativo angolano, não necessariamente como mecanismo para que os alunos dominem muitas línguas, mas para sensibilizá-los e motivá-los a lidarem com as diferenças linguística e culturais existentes no meio em que se encontram, fazendo-os penetrar no mundo do Outro (Sá & Andrade, 2008). As mesmas autoras dizem que isto pode modificar as atitudes dos alunos em relação a certas línguas (normas e variedades de línguas, acrescenta-se) e às comunidades que as falam, ajudando, assim, a reduzir o preconceito. Vale ressaltar que, não obstante a isso, a IC serve também como um elemento fundamental para a sensibilizar os alunos a descobrirem particularidades linguísticas e culturais na sua própria língua e noutras que “não sabiam que sabiam” (Couto, 2011, p.19).

O papel das escolas angolanas na promoção do respeito pelo outro e pelo planeta

As escolas são consideradas instituições sociais, por excelência, por permitirem uma formação integral do homem ao longo dos tempos. No entanto, o contexto actual que caracteriza as escolas exige dos seus agentes a promoção de várias competências que venham desenvolver nos cidadãos valores e atitudes para sua participação activa na sociedade, considerando o facto de que as escolas angolanas (nas quais participamos como professores de Língua Portuguesa no Ensino Secundário, de Didáctica da Língua Portuguesa e Supervisão do Estágio Profissional no Ensino Superior) actuam num contexto multicultural e multilingue. Posto isso, não haja dúvida de que uma das competências que tem vindo a ganhar espaço na formação profissional dos cidadãos

naqueles contextos deve ser de tal importância para permitir maior inclusão social e cultural dos referidos indivíduos: o caso concreto da IC e da Competência Intercultural.

É missão da escola, nas palavras de Gadotti (2008), educar para a sustentabilidade cultural, o que significa que as escolas devem educar para a preservação e valorização da identidade linguístico-cultural dos indivíduos. O mesmo autor diz que, se houver problemas neste aspecto, a escola também faz parte do problema, entretanto a solução depende em muito também desta. Por esta razão, a escola possui um papel preponderante na promoção de elementos que medeiam a convivência entre os homens e com os seus espaços. Sem dúvida, o respeito pelo meio ambiente não se realiza sem respeito entre seres humanos, acrescenta o autor. Nesta lógica, somente respeitando a língua e a cultura do outro é possível existir o respeito pelos seus espaços: o meio ambiente. Desta maneira, as relações humanas estarão a promover uma direcção para a sustentabilidade.

No contexto angolano, é um facto a heterogeneidade linguística e cultural na escola. Neste sentido,

Urge, pois, consciencializar os educadores para o facto de a diversidade linguística poder ser assumida como um factor de enriquecimento para a comunidade escolar: esta representa uma oportunidade inestimável de desenvolvimento de competências multilingues e multiculturais, ao mesmo tempo que desafia a Escola a constituir-se como um espaço que assegura a igualdade de direitos e é capaz de lidar com a heterogeneidade social, cultural e linguística que caracteriza a realidade escolar da nossa sociedade (Silva, 2010, p.5).

Construir sentido com o Outro significa experimentar múltiplas visões do mundo, ao mesmo tempo que se proporciona harmonia na convivência entre as línguas ou normas da mesma língua e entre as culturas associadas, influenciando, desta forma, a convivência entre os seres humanos no meio ambiente e com o meio ambiente. A IC, na visão de José (2024), possui um papel fundamental nesta finalidade da escola e, consequentemente, na promoção da convivência harmoniosa entre as línguas, entre as culturas e entre os homens, sobretudo para o contexto angolano, em que os alunos possuem deveras matrizes linguísticas diferentes.

No tempo e no espaço, a língua é falada de várias formas diferentes e representa, muitas vezes, mundividências diversificadas para os indivíduos. Uma única língua veicula culturas diferentes e os falantes podem ter experiências diversificadas no seu uso.

Como já foi referido, a escola é responsável por direccionar o exercício de cidadania de uma determinada sociedade, isto é, o comportamento social é, em grande medida, consequência das acções da mesma. Em sociedades tão diversificadas linguisticamente e culturalmente, é necessário tomar acções que preservem as línguas e as culturas na escola, valorizando e promovendo, por conseguinte, a identidade dos alunos. Essa preservação deve, na visão de Sá e Andrade (2008), passar não só pela capacidade de respeitar a língua que os alunos falam, mas também por criar estratégias que façam com que estes adoptem uma atitude activa de procurar perceber o que os outros têm a dizer em sua língua (escolarizada ou não: caso do português e das línguas bantu), ou na sua norma (prestigiada ou não), proporcionando, assim, um clima de partilha e respeito pelo outro com língua – norma – e/ou de cultura diferente.

Assim, a escola tem que pautar por uma abordagem ética que preserve a identidade do aluno, tendo em conta que esta “(...) é constituída pela soma do eu e dos outros” (Castells, 1999, citado por Ferreira, 2014, p.87). Se assim o fizer, tendo em conta a clareza da relação língua/cultura/meio ambiente, terá implicações positivas.

Implicações didácticas

Efectivamente, a DLC tendo vindo a se firmar nas abordagens plurais da Educação como uma potencial ferramenta de desenvolvimento de várias competências essenciais que a Educação de Estado perspectiva como beneplácito geral. Fruto da reflexão anterior, apresenta-se, a seguir, algumas implicações didácticas decorrentes da nossa análise ao longo da presente abordagem:

- (i) Valorização da DLC no contexto das escolas angolanas;
- (ii) Permissão de maior troca de experiência linguístico-cultural na sala de aula e fora deste contexto;
- (iii) Sensibilidade à diferença linguístico-cultural do aluno (identidade);
- (iv) Desenvolvimento das Competências de Intercompreensão e Intercultural nos alunos;

- (v) Promoção de um Ensino plural das línguas e de qualidade nas escolas;
- (vi) Promoção de uma educação justa;
- (vii) Preservação das línguas nacionais de Angola e das suas culturas;
- (viii) Redução da prática de violência sociocultural.

Conclusão

As línguas, conforme se afirmou convictamente acima, são se dissociam da cultura e do território dos seus falantes, ou seja, fazem parte do património espiritual dos povos e o meio ambiente constitui-se no seu lar por excelência. A convivência do ser humano, no meio ambiente, implica uma noção sobre a DLC que caracteriza o seu contexto sociocultural e várias acções para a transformação e protecção da biodiversidade.

A relação harmoniosa entre a língua e a cultura permite a promoção do bem-estar social dos indivíduos e ela é responsável pelo exercício do respeito ao outro e promotora, por excelência, das atitudes sustentáveis.

As escolas constituem-se em agentes pioneiros para a promoção da EDS. Por isso, os seus desideratos devem perseguir o desenvolvimento de competências que venham permitir uma participação proactiva dos seus alunos na sociedade, tendo em conta à ideia de continuidade do planeta.

No contexto de ensino das escolas angolanas, fortemente complexo e rico com a presença de várias línguas e as suas respectivas culturas, é fundamental que a direcção do ensino persiga o desenvolvimento da IC e Competência Intercultural para melhor gestão destas diferenças culturais e linguísticas.

No contexto actual, a Educação Ambiental deve sempre cruzar com os objectivos das escolas quer sejam do Ensino Básico, Secundário ou Superior. Se se concordar que a biodiversidade mantém o mundo, também é verdade inegável que a DLC permite o maior equilíbrio das diferenças de todos os povos e em todos os lugares que constituem “as paredes” do meio ambiente. Afinal, compreender o outro é também perceber que este tem um ambiente natural que o acolhe que precisa de ser preservado. A língua e a cultura do outro representam o espaço do mesmo, pelo que trabalhar para a sua preservação deve implicar também trabalhar para a preservação do meio ambiente.

Referências Bibliográficas

Andrade, C. D., & Timbane, A. A. (2020). A relação entre língua e cultura nas línguas do grupo shona. *Entre Aberta Revista De Extensão*, 3(1), 79–88. Recuperado de <https://revistas.cesmac.edu.br/entreaberta/article/view/1324>

Araújo e Sá, M., de Carlo, M., & Melo-Pfeifer, S. (2019). Mediation(s) in an on-line, multilingual teacher education environment. *Indagatio Didactica*, 11(4), 99-120. <https://doi.org/10.34624/id.v11i4.10585>

Página | 251

Araújo e Sá, M. H. (2013). A Intercompreensão em Didática de Línguas: modulações em torno de uma abordagem interacional. *L I N G V A R V M A R E N A*, 4, 79–106. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12008>

Araújo e Sá, M. H., De Carlo, M., & Espinha, Â. (2019). Para uma caracterização da investigação em Didática sobre as interações plurilingues em contexto de intercompreensão à distância. *EL.LE*, 8(1), 17–38. <https://doi.org/10.30687/ELLE/2280-6792/2019/01/001>

Couto, M. (2011). Línguas que não sabemos que sabíamos. In M. Couto (Ed.), *E se Obama fosse africano?* (pp. 11–24). Companhia das Letras.

Cunha, C. & Cintra, L. (2014). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. (21.^a ed.). Edições João Sá da Costa.

Ferreira, A. S. (2014). Mudanças de contexto e negociações de identidades em sala de aula. *Revista EIXO*, 3(2), 81–90. <https://doi.org/10.19123/eixo.v3i2.156>

Gadotti, M. (2008). Educar para a Sustentabilidade. *Inclusão Social*, 3(1), 75–78. <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1624>

José, F. (2024). *A intercompreensão no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa em contexto angolano* [Dissertação de Mestrado, ISCED-Cabinda]*. Instituto Superior de Ciências de Educação de Cabinda

Lemos, M. C. (2011). *A Língua materna revisitada através de práticas de Intercompreensão* [Master's thesis, Universidade de Aveiro]*. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/8571>

Oliveira, J. F. F. (2023). *A Importância da Competência de Comunicação Intercultural nos Negócios: Relatório de Estágio na Valmet*. [Dissertação de Mestrado, ISCED-Cabinda]* Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/21715>

Pessela, A. (2024). *A poesia no Desenvolvimento da Competência de Comunicação Intercultural no Ensino-Aprendizagem da Língua Portuguesa em Angola*. [Dissertação de Mestrado, ISCED-Cabinda]* Instituto Superior de Ciências de Educação de Cabinda.

Pires, Q. (2023). *Microdicionário do Português Falado em Angola*. (1^a ed.). Parelha Editora.

Sá, S. M. (2012). *Diversidade linguística e educação para um futuro sustentável: Que potencialidades nos primeiros anos de escolaridade?* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro]. Universidade de Aveiro <http://hdl.handle.net/10773/10838>

Sá, S., & Andrade, A. I. (2008). Diversidade linguística e desenvolvimento sustentável: educar para viver com mais sabedoria uns com os Outros no Planeta e com o Planeta. *Saber (e) Educar*, 13, 249–260. <http://hdl.handle.net/20.500.11796/929>

Sá, S., & Andrade, A. I. (2008). Diversidade linguística e desenvolvimento sustentável: educar para viver com mais sabedoria uns com os Outros no Planeta e com o Planeta. *Saber (e) Educar*, 13, 249–260. <http://hdl.handle.net/20.500.11796/929>

Simões, A. R., Lourenço, M., Sá, C. M., & Sá, S. (2011). Práticas educativas em intercompreensão: que caminhos? In A. I. Andrade & A. S. Pinho (Eds.), *Intercompreensão e Didática de Línguas: histórias a partir de um projeto: Vol. Série Reflexões* No4 (pp. 9–32). UA Editora. <https://www.researchgate.net/publication/309826377>

Silva, F. P. (2017). *Intercompreensão e cidadania global nos primeiros anos de escolaridade* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro]*. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/22830>

Sousa, J. D. (2016). Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. *Cadernos Zygmunt Bauman*, 6(12). <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/6001>

UNESCO. (1996). Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. UNESCO

Recebido: 2025-08-15

Aceite: 2026-01-21



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica Mupanda